

Ana Margarida Ricardo Dinis

Projeto de Graduação

1º Ciclo de Estudos em Criminologia

**Trevo: Uma proposta de intervenção para a população
institucionalizada em Lares de Infância e Juventude**

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

PORTO 2013

Ana Margarida Ricardo Dinis

Projeto de Graduação

1º Ciclo de Estudos em Criminologia

**Trevo: Uma proposta de intervenção para a população
institucionalizada em Lares de Infância e Juventude**

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

PORTO 2013

Ana Margarida Ricardo Dinis

Trevo: Uma proposta de intervenção para a população institucionalizada
em Lares de Infância e Juventude

Assinatura:

**Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para a obtenção do grau
de licenciada em Criminologia, sob a orientação da Professora Doutora Maria
Francisca Rebocho.**

Resumo

O programa Trevo emerge da necessidade premente de suprir a lacuna relativa à inexistência de programas multidisciplinares para a população institucionalizada que, simultaneamente, desenvolvam competências pessoais e sociais, bem como a responsabilidade e autonomia.

Baseado na literatura disponível, o programa Trevo propõe-se a desenvolver diversas competências em jovens institucionalizados em Lares de Infância e Juventude.

O seu desenho contempla um total de seis módulos, abordando tópicos como a comunicação, as relações interpessoais, as emoções, a autonomia e responsabilidade e temas considerados tabu.

Saliente-se que o Trevo é uma proposta de intervenção não implementada, embora o facto de se basear em diversos projetos de sucesso antecipe resultados positivos para os jovens institucionalizados.

Palavras-chave: institucionalização, projeto de intervenção, desenvolvimento de competências, jovens.

Abstract

Trevo emerges from the urgent need to fill the gap related with the inexistence of multidisciplinary programmes for the institutionalized population which simultaneously may develop personal and social skills, as well as responsibility and autonomy.

Based on the available literature, Trevo programme proposes itself to develop several skills on the institutionalized children and youngsters at Childhood and Youth Homes.

It contemplates a total of six modules, addressing topics such as communication, inter-personal relationships, autonomy and responsibility and tabu topics.

It should be stressed that Trevo has not yet been tested, although the fact that it converges several well succeeded projects, forecasts positive results for institutionalized youngsters.

Key-words: institutionalization, intervention project, skills' development, youngsters.

A todas as crianças e jovens do Centro António Cândido
por tudo o que me deram, por tudo o que me deixaram dar...

*“Aqueles que passam por nós,
não vão sós, não nos deixam sós.
Deixam um pouco de si,
levam um pouco de nós.”*
Antoine de Saint-Exupéry

*“Não carreguemos nossas lembranças
com o peso de tristezas já passadas”*
William Shakespeare
A Tempestade, Acto V, Cena I

Agradecimentos

A todas as crianças e jovens “protagonistas” desta história, sem as quais este trabalho não seria possível.

A toda a Equipa de Acção Educativa e à Equipa Técnica do Centro António Cândido, por me terem acolhido com tanto carinho e pelo apoio continuamente prestado. Um agradecimento especial à minha supervisora, Doutora Sandra Cardoso, pela sua presença, apoio incondicional e incentivo permanente.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Francisca Rebocho pela paciência, motivação e orientação sempre cuidada.

À Professora Madalena Oliveira e Professora Doutora Isabel Silva pela disponibilidade e sugestões pertinentes.

À Professora Doutora Ana Sani por me ter apoiado na prossecução do meu trajeto sem olhar para trás.

Aos meus amigos, que sempre me ampararam e ajudaram durante esta etapa e que estiveram presentes nos momentos mais difíceis, à Teresa, à Joana Martins, à Lolita, à Patrícia, à Ana Maria, à Inês e ao Gonçalo um enorme obrigado.

Ao Luís, companheiro de alegrias e angústias. Percecionaste na primeira fila o turbilhão de emoções e as minhas metamorfoses. Obrigado por acreditares sempre em mim mesmo quando eu duvidei.

Aos meus pais, a vocês devo tudo o que sou. Palavras não chegam para expressar toda a gratidão e carinho. Obrigado por sempre me terem apoiado no percurso, mesmo quando não sabia para onde ia. Convosco aprendi que todo o caminho é uma dádiva e que por vezes a decisão para as direções de uma existência são fruto de um instante.

À minha irmã Joana, tão diferente e tão igual. Sabes bem melhor que ninguém as teias que nos unem e nos levam de encontro a algo sublime, “até sermos velhinhas...”

A todos, o meu obrigado.

Índice

INTRODUÇÃO	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	2
1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	2
1.1. O conceito de institucionalização	2
1.2. Enquadramento da legislação sobre a proteção de crianças e jovens em perigo	3
1.3. Sistema Nacional de Acolhimento.....	5
1.4. Dados sobre o Sistema Nacional de Acolhimento em 2012.....	8
1.5. Orientações gerais do processo de institucionalização.....	9
1.6. Principais motivos de institucionalização.....	11
1.7. O reverso da institucionalização.....	12
PARTE II – TREVO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A POPULAÇÃO INSTITUCIONALIZADA EM LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	16
1. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: O PROGRAMA TREVO	16
2. POPULAÇÃO-ALVO.....	17
3. AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES.....	18
4. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS A IMPLEMENTAR	19
4.1. Módulo I – Trevo.....	20
4.2. Módulo II – Saber comunicar	21
4.3. Módulo III – Como me relacionar com os outros.....	21
4.4. Módulo IV – Saber lidar com sentimentos e emoções	22
4.5. Módulo V – Autonomia e responsabilidade	23
4.6. Módulo VI – Falando de tabus.....	24
4.7. Sessão de encerramento e sessões Follow-up.....	25
5. MATERIAIS E RECURSOS	26

6. PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA.....	27
6.1. <i>Procedimentos</i>	27
6.2. <i>Estratégias de avaliação do programa</i>	29
RESULTADOS	32
DISCUSSÃO	34
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

Índice de Figuras e Tabelas

FIGURA 1 - SISTEMA NACIONAL DE ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÕES DE PERIGO. 7

TABELA 1 - FATORES DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO. 18

TABELA 2 - ESTRUTURA DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA TREVO. 28

TABELA 3 - PERGUNTAS AVALIATIVAS DO PROGRAMA TREVO. 31

Lista de siglas

CASA – Caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

GPS – Gerar Percursos Sociais

ISS – Instituto de Segurança Social

IP – Instituto Público

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de proteção de crianças e jovens em perigo

LTE – Lei Tutelar Educativa

MP – Ministério Público

ONU – Organização das Nações Unidas

PCI – Plano Cooperado de Intervenção

PII – Plano de Intervenção Imediata

PSEI – Plano Socioeducativo Individual

SNA – Sistema Nacional de Acolhimento

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

UE – Unidade de Emergência

Introdução

A institucionalização apresenta-se frequentemente como a solução escolhida para muitas das crianças e jovens portugueses cujo bem-estar seja colocado em causa no seu meio familiar. Contudo, não se podem negligenciar os possíveis efeitos negativos deste tipo de acolhimento no desenvolvimento posterior das crianças/jovens, nomeadamente no que toca às relações interpessoais, autonomia e independência, bem como nas competências cognitivas e socioafectivas.

Não sendo objetivo da autora colocar em causa a viabilidade ou sequer a utilidade do acolhimento institucional; com este projeto pretende-se expor práticas e estratégias multidisciplinares que minorem potenciais efeitos prejudiciais inerentes à institucionalização, munindo as crianças e jovens das ferramentas necessárias para uma adaptação e integração positiva na sociedade, assim como competências para uma vivência normativa.

Desta forma, surgiu o projeto Trevo, edificado a partir duma pesquisa bibliográfica sólida e extensa, bem como da experiência da autora após a realização do estágio curricular num Lar de Infância e Juventude.

Convergindo então as ideais de diversas investigações, o Trevo emerge assim duma base multidisciplinar que reflete igualmente a sua estratégia plural, trabalhando os participantes em diversas frentes.

Na sua essência, o Trevo é um manual que sugere a realização de diversas sessões, distribuídas por seis módulos. Propõe-se a aplicação das dinâmicas por parte dos técnicos dos Lares interessados. Salienta-se a forte componente prática do programa, característica de relevo para captar o interesse dos participantes, bem como o seu baixo custo de aplicação.

O programa prevê ainda um método de avaliação, de maneira a escrutinar os efeitos da sua aplicação e moldar o programa tendo em conta o *feedback* quer dos técnicos, quer dos participantes.

A necessidade de aplicação deste género de programas na população institucionalizada é premente e indiscutível. Com este projeto pretende-se criar uma proposta viável e capaz de estimular nesta população as competências necessárias à vida fora do ambiente institucional a curto, médio e longo prazo.

Parte I - Enquadramento Teórico

1. A institucionalização

1.1. O conceito de institucionalização

A institucionalização de crianças e jovens apresenta-se, nas sociedades ocidentais, como uma solução há já várias décadas (Alves, 2007). Tal deve-se ao facto da crescente visibilidade dos problemas sociais das crianças e do próprio desenvolvimento da sociedade e da ciência. Assim, a criança tem vindo a ser reconhecida como um ser individual, parte integrante da comunidade, cuja responsabilidade da promoção da sua estimulação, segurança e proteção cabe aos progenitores, representante legal, Estado e/ou instituições (Canha, 2000; Vilarinho, 2000).

A institucionalização surgiu em muitos países, nomeadamente em Portugal, como forma de resposta a situações de pobreza, orfandade e abandono de crianças. As instituições caracterizavam-se como instituições fechadas e assumiam duas vertentes: 1) os internatos, normalmente ligados à Igreja, que acolhiam crianças e jovens de meios rurais com fracos recursos económicos; 2) as instituições de acolhimento de jovens, reservadas para crianças e jovens com comportamentos desviantes, onde prevalecia o projeto coletivo, em detrimento dum projeto individual (Alves, 2007; Strecht, 2003).

Del Valle & Zurita (2000) refere que é a partir da década de quarenta que surgem mudanças significativas ao nível do acolhimento de crianças e jovens por toda a Europa. Nesta altura começam a surgir os primeiros estudos relevantes, como é o caso Spitz (1945) e Bowlby (1951). Os autores pretendiam verificar as condições institucionais e o desenvolvimento das crianças institucionalizadas. Constataram que existia uma escassez de relações estruturantes adulto-criança, reduzida estimulação das crianças, confinamento espacial, bem como falta de brinquedos e outros objetos.

Segundo Del Valle & Zurita (2000), as necessidades relacionais de contacto afetivo e competências básicas de socialização, não eram os objetivos principais destas instituições. Desta forma, era mantida a dependência da instituição, o que não só comprometia a autonomia das crianças e jovens como colocava em causa o desenvolvimento de competências cognitivas e sócio-afectivas.

De facto, ao longo da última década, várias são as investigações que têm revelado que a exposição a experiências disruptivas e o acolhimento institucional

ênfatizam o efeito negativo no desenvolvimento posterior da criança (Jonhson *et al.*, 2006; Maclean, 2003; Nelson *et al.*, 2007; Rutter *et al.*, 2004; Smyke *et al.*, 2007; Winder *et al.*, 2007). Duma forma geral, estas e outras investigações têm demonstrado consequências negativas ao nível do crescimento físico e do desenvolvimento cognitivo, motor, linguístico e sócio-emocional, bem como maiores índices de perturbações de vinculação. Sublinhe-se igualmente a importância da duração da experiência institucional (O'Connor *et al.*, 2000; Zeanah *et al.*, 2005) e, sobretudo, da qualidade da prestação de cuidados (Smyke *et al.*, 2007).

Alves (2007) afirma que, em Portugal, a reforma do sistema de acolhimento de crianças e jovens teve início na década de oitenta. Atualmente têm-se observado readaptações e melhoramentos no funcionamento destas instituições, de forma a tornarem-se residências vocacionadas para proporcionar às crianças e jovens acolhidos uma integração na sociedade sustentada numa vertente educativa e uma vida o mais próxima possível da vida em meio familiar.

Desta maneira, a institucionalização tem como objetivo principal proteger a criança ou o jovem das condições desfavoráveis de que é alvo no seu meio familiar e favorecer o seu desenvolvimento biopsicossocial. As instituições são responsáveis por todas as ações que promovam o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico e afetivo, tais como a prestação de cuidados de saúde, alimentação cuidada, atividades educativas, escolares e desportivas. As práticas institucionais deverão ser orientadas para as necessidades individuais das crianças, tratando-as como seres únicos e respeitando a sua identidade e dignidade (Alberto, 2003).

1.2. Enquadramento da legislação sobre a proteção de crianças e jovens em perigo

Carvalho & Manita (2010) referem que os direitos das crianças e dos jovens encontram-se decretados legalmente, quer a nível internacional, quer a nível nacional. Internacionalmente, destaca-se a Declaração dos Direitos das Crianças (1989) promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU). No seu artigo 3.º menciona que todas as decisões que se tomem deverão ter em conta o superior interesse da criança e que o Estado deve garantir os cuidados necessários quando os pais, ou outras pessoas por elas responsáveis, não tenham capacidade para o fazer. Reforça ainda que, se a criança tiver capacidade de discernimento, a sua opinião deverá ser tida em conta na tomada de qualquer decisão que afete o seu bem-estar ou posição na vida.

A nível nacional, a revogação de grande parte do conteúdo da Lei n.º 314/78 – Organização Tutelar de Menores culminou numa grande reforma política e legislativa em matéria de infância e juventude. Na década de oitenta assistiu-se ao debate entre o chamado “modelo de justiça”, que privilegiava a defesa da sociedade, e o “modelo de proteção”, que defendia a intervenção do Estado na defesa do interesse superior da criança. Este último foi grandemente influenciado pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança ratificada por Portugal em 1990 (Alberto, 2003; Alves, 2007).

Surgiram então duas Leis de referência no que respeita à institucionalização de crianças e jovens: a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) – Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro de 2001 e a Lei Tutelar Educativa (LTE) – Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro de 2001 (Alves, 2007; Martins, 2004). Na primeira, a intervenção é da responsabilidade do Sistema de Solidariedade e Segurança Social e na segunda do Sistema de Justiça. Refira-se ainda que na LTE o Estado tem como missão educar os jovens para o direito, para que interiorizem os valores jurídicos e as regras de uma vivência saudável em sociedade (Alves, 2007).

Alves (2007) e Martins (2004) explicam que a LPCJP consagrou um novo modelo de proteção para as crianças e jovens em risco, solicitando uma participação activa da comunidade, numa relação de parceria com as entidades públicas e privadas com responsabilidade em matéria de infância e juventude, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e os Tribunais. As CPCJ são uma entidade oficial não judiciária que intenta promover a participação da comunidade na promoção e protecção dos direitos das crianças e jovens, bem como intervir em situações concretas que representem perigo para os menores (Tomás & Fonseca, 2004).

A Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro de 2001 considera criança ou jovem em perigo quando esta/este está exposto a situações de abandono, negligência, abuso sexual, maus-tratos físicos e psicológicos, situações de trabalho infantil, comportamentos de risco ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança e educação, o seu desenvolvimento e equilíbrio emocional, sem que os seus representantes legais se oponham ou tentem enfrentar a situação.

O sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo visa a desjudicialização da intervenção e para que esta seja feita com eficácia dever-se-á ter em conta dez princípios orientadores: 1) Interesse superior da criança e do jovem; 2) Privacidade; 3) Intervenção precoce; 4) Intervenção mínima; 5) Proporcionalidade e atualidade; 6) Responsabilidade parental; 7) Prevalência da família; 8) Obrigatoriedade

da informação; 9) Audição Obrigatória e 10) Subsidiariedade (Alves, 2007; art.º 4 da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro; Martins, 2004).

A Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, no seu art.º 35.º identifica as medidas de promoção que proteção que poderão ser aplicadas: *a) Apoio junto dos pais; b) Apoio junto de outro familiar; c) Confiança a pessoa idónea; d) Apoio para a autonomia de vida; e) Acolhimento familiar e f) Acolhimento em instituição* (p. 6121). No ponto 3 do mesmo artigo é assinalado que as medidas a realizar em “meio natural de vida” são as correspondentes às alíneas a), b), c) e d); as “medidas de colocação” estão apresentadas nas alíneas e) e f) (p. 6121).

Posteriormente, através do art.º 35.º da Lei 31/2003, de 22 de Agosto, acrescentou-se a este mesmo artigo a alínea *g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a futura adoção*. Esta medida é executada em “meio natural de vida” no primeiro caso e “de colocação” no segundo (p. 5315). Refira-se que *a aplicação das medidas de promoção e proteção é da competência exclusiva das CPCJ e dos Tribunais* e que *a aplicação da medida prevista na alínea g) é da competência exclusiva dos Tribunais* (art.º 38º da Lei 31/2003, de 22 de Agosto p. 5315).

As CPCJ encontram uma limitação no que concerne à concretização dos seus objetivos dado que têm de atuar com autorização dos pais, representantes legais e da própria criança com mais de 12 anos. Se a intervenção não é consentida a situação passa para o domínio dos Tribunais (Alves, 2007; art.º 7º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro; Tomás & Fonseca, 2004).

1.3. Sistema Nacional de Acolhimento

Em Portugal o Sistema Nacional de Acolhimento e Acompanhamento de crianças e jovens em situação de perigo (SNA) é da responsabilidade do Sistema Nacional de Solidariedade Social, na dependência do Ministério Público (Amado *et al.*, 2003). O art.º 49º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro define o acolhimento em instituição como: *a colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitem a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral* (Diário da República, 1999, p. 6123). Mencione-se ainda que *as instituições de acolhimento podem ser públicas ou cooperativas, sociais ou privadas com acordo de cooperação com o Estado* (art.º 52.º da Lei 147/99 de 1 de Setembro, p. 6123).

Numa perspectiva teórica, o SNA alberga três níveis distintos onde se encontram respostas sociais igualmente distintas: o acolhimento de emergência, o acolhimento temporário e o acolhimento de longa duração ou acolhimento prolongado (Alves, 2007; Reis, 2009).

Alves (2007) descreve que o acolhimento de emergência é efectuado em Unidades de Emergência (UE). Esta é uma resposta social que permite, por um período de tempo não superior a 48 horas, o acolhimento de crianças ou jovens dos 0 aos 18 anos, que por situação grave ou de perigo iminente não podem permanecer junto da família. Este tipo de acolhimento deverá disponibilizar à criança/jovem a satisfação das necessidades básicas. O encaminhamento imediato deverá ser realizado de acordo com a especificidade de cada situação, sendo a criança ou jovem encaminhada para a família ou para acolhimento institucional. Segundo o relatório CASA 2012 - Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, encontravam-se 374 crianças e jovens em UE, das quais 253 foram transferidas para Lares de Infância e Juventude (LIJ) e 99 para Centros de Acolhimento Temporário (CAT). O mesmo relatório afirma que a maior concentração desta resposta social verifica-se nos distritos do Porto e Lisboa, sendo maioritariamente crianças e jovens no escalão etário dos 12 aos 17 anos.

O acolhimento temporário pode ser realizado em CAT, quando ainda não foi efetuado um diagnóstico da situação da criança/jovem ou, após efetuado o diagnóstico da situação, em Famílias de Acolhimento. O CAT é uma resposta social de acolhimento para crianças e jovens em perigo dos 0 aos 18 anos, de ambos os sexos, às quais se diagnosticou a necessidade de afastamento temporário das famílias de origem, por um período que não exceda os 6 meses (art.º 53º da Lei 147/99 de 1 de Setembro). A principal finalidade desta resposta social é garantir alojamento temporário, assegurar a satisfação das necessidades básicas, possibilitar a intervenção junto da família de origem, facultar apoio socioeducativo de acordo com a idade e características pessoais, elaborar diagnósticos individuais e definir projetos de vida mais adequados para que o encaminhamento seja o mais apropriado possível (Fernandes & Silva, 1996a).

De acordo com o relatório CASA 2012, das 1202 crianças e jovens que estavam acolhidas em CAT, três quartos transitaram para LIJ (904 crianças e jovens, correspondendo a 75%), 196 foram para outro CAT (16%), 38 para Famílias de Acolhimento (3,2%), 26 para Lares Residenciais (2,2%) e 15 para Colégio de Ensino Especial (1,2%).

Del Valle & Zurita (2005) refere que, para a definição do projeto de vida da criança e do jovem, é recomendável o acolhimento de curta-duração em equipamentos de acolhimento temporários pertencentes à rede nacional de centros de acolhimento temporário e de emergência.

O acolhimento prolongado acontece quando se verificam situações de perigo para a criança ou jovem no seu meio familiar. Mediante diagnóstico técnico esta poderá ser institucionalizada num LIJ, adotada ou ainda para Família de Acolhimento. Também poderá haver a hipótese da criança ou jovem regressar à sua família biológica (Alves, 2007; Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000).

O LIJ é uma resposta social de acolhimento para crianças e jovens em perigo, dos 0 aos 18 anos¹, de ambos os sexos, desprovidos de meio familiar ou cujas problemáticas justifiquem o afastamento das famílias de origem por um período superior a 6 meses (Alves, 2007; art.º 50 da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro).

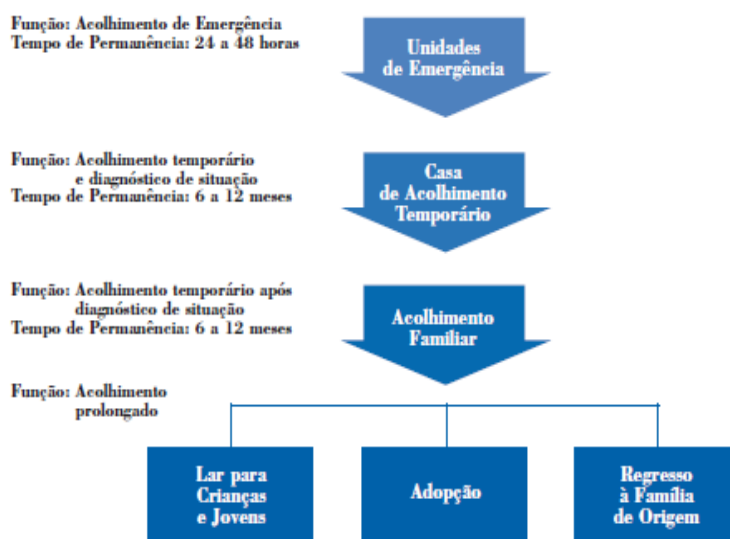


Figura 1 - Sistema Nacional de Acolhimento e Acompanhamento de crianças e jovens em situações de perigo.

Fernandes & Silva (1996b) descreve como objetivos desta resposta social o alojamento assegurado, a satisfação das necessidades básicas, o fornecer condições o mais aproximadas possíveis de uma estrutura familiar e o proporcionar os meios que

¹ A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo (Lei 147/99), no seu Artigo 5º, a) considera "Criança ou jovem — a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos".

contribuam para o desenvolvimento e valorização pessoal, profissional e social em cooperação com a comunidade, escola e família.

O LIJ, conjuntamente com as entidades competentes em matéria de infância e juventude, deverá promover a reintegração da criança ou do jovem na sua família e comunidade, no mais curto prazo de tempo ou, quando tal não for possível, fomentar o acolhimento familiar ou a progressiva autonomização do jovem. Para evitar a cisão com os familiares e a comunidade de origem, as crianças e os jovens deverão ser acolhidos em lares que se localizem o mais próximo possível do seu local de residência (Fernandes & Silva, 1996b).

1.4. Dados sobre o Sistema Nacional de Acolhimento em 2012

O Relatório CASA 2012 apurou que 8,557 crianças e jovens encontravam-se em situação de acolhimento. 6,268 Iniciaram o acolhimento em anos anteriores e 2,289 iniciaram o acolhimento em 2012. O número de crianças e jovens que saíram de acolhimento corresponde a 2,590, sendo que destas, 872 cessaram o acolhimento iniciado no mesmo ano e 1,718 cessaram o acolhimento iniciado em anos anteriores.

No que respeita aos distritos que registam os números mais elevados de crianças e jovens em situação de acolhimento destacam-se o Porto, com 1,655 crianças e jovens acolhidos; Lisboa, com 1,617 e Braga, com 633 crianças e jovens em situação de acolhimento.

No que concerne à distribuição por sexo e escalão etário verifica-se que o grupo etário com maior percentagem é o dos 12-17 anos com 54,9% (4,692), seguindo-se o respeitante à faixa dos 0-11 anos com 34,1% (2,921) e por último o escalão dos 18-20 anos com 11,0% (944). Quanto à distribuição por sexo, verifica-se, nas crianças e jovens em situação de acolhimento, uma tendência de ligeiro predomínio do sexo masculino, 4,319 rapazes (50,5%) contra 4,238 raparigas (49,5%). Isto acontece sobretudo até aos 14 anos, tendência que se inverte a partir dos 15 anos.

O mesmo relatório expõe o claro predomínio das respostas de acolhimento prolongado, com cerca de 64,4% (5,513) crianças e jovens institucionalizadas em LIJ. Os CAT continuam a prevalecer enquanto segundo local com mais crianças e jovens acolhidos, 2.092 crianças e jovens, número correspondente a um valor percentual de 24,4% (análogo aos de 2010 e 2011). Em terceiro lugar surgem as Famílias de Acolhimento com 419 crianças e jovens acolhidos, o que corresponde a um valor residual de 4,9% relativamente às crianças e jovens em situação de acolhimento

institucional (CAT e LIJ), que assume um peso de 88,9%. O Acolhimento de Emergência surge com 74 crianças ou jovens, o que equivale a uma percentagem de 0,9%. Em Apartamento de Autonomização encontram-se somente 0,5% dos jovens (40), podendo este número, tão irrelevante, ser justificado pela escassez deste tipo de resposta.

Perante os dados, é de salientar o grande desequilíbrio entre os elevados números de medidas de acolhimento em Instituição e os baixos números das medidas de acolhimento familiar.

A situação de acolhimento institucional deverá ser considerada como uma fase transitória e só deverá ser mantida quando esgotadas as possibilidades de se encontrar uma resposta do tipo familiar. Deste modo, o tempo de permanência no local de acolhimento pode ser um indicador importante para a avaliação do princípio da prevalência da família (CASA, 2012; Martins, 2005).

Carvalho & Manita (2010) descrevem que a institucionalização de menores em risco, última medida a aplicar em termos de proteção de menores, é a medida mais expressiva no nosso país, em particular o acolhimento institucional prolongado de crianças e jovens. Apesar de o acolhimento institucional de menores ser necessário em diversas situações não significa que deva ser aplicado de forma arbitrária nem recorrente, embora assim ocorra frequentemente em Portugal.

Os resultados obtidos pelo Relatório CASA 2012 comprovam a tendência para o acolhimento prolongado: em CAT, 39,3% das crianças e jovens iniciaram o seu acolhimento há menos de 1 ano, sendo que 30,7% estão acolhidos há mais de 1 ano e 27,2% encontram-se acolhidos entre 2 e 3 anos. As crianças e jovens que estão acolhidos neste tipo de respostas há mais de 4 anos assumem um peso de 12,5%. Em LIJ destacam-se claramente tempos de permanência elevados com 83,4% das crianças e jovens acolhidos há 7 ou mais anos.

1.5. Orientações gerais do processo de institucionalização

Segundo Alves (2007) antes de uma criança ou jovem ser institucionalizada num LIJ é necessário atender a vários critérios no que respeita à admissão: o género e idade da criança/jovem, a existência de deficiências físicas ou mentais, o tipo de problemática que apresenta, a manutenção de fratria na instituição e o facto da residência da criança/jovem se situar próximo da instituição.

Quando se identifica uma criança ou jovem em situação de perigo no seu meio familiar é necessário, primeiramente, elaborar um diagnóstico inicial para averiguar a gravidade da situação e possível retirada do menor. Se eventualmente as medidas decretadas pelas entidades com responsabilidade nesta matéria não minorarem a situação e se for considerado que existe um perigo eminente para a vida da criança ou jovem, esta é encaminhada para uma UE. Se não existirem condições para que o menor regresse à família, procede-se à institucionalização num CAT. Se após análise, se verificar que existem condições para a criança/jovem retornar à família, esta regressa para o seu meio familiar, embora tanto o jovem como a sua família sejam seguidos por acompanhamento técnico. Se a reunificação familiar não for possível ou se o perigo persistir, a criança ou jovem é encaminhada para um acolhimento prolongado, nomeadamente em LIJ. Aqui, a família e o menor deverão ser alvo de avaliação contínua de forma a possibilitar a união familiar (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000). Alves (2007) afirma que idealmente dever-se-á procurar a integração da criança/jovem no seio da sua família alargada e, no caso de estarmos perante um jovem com idade superior a 15 anos, deverá dar-se preferência à medida de apoio para a autonomia de vida².

O Modelo de Avaliação da Qualidade para o Lar de Infância e Juventude do Instituto de Segurança Social (2009) identifica seis processos-chave para o processo de institucionalização: 1) Admissão/Acolhimento – logo após a entrada da criança ou jovem na instituição deverá abrir-se um processo individual com toda a informação anterior e relevante. É-lhe destinado um gestor de caso e dá-se a conhecer o modo de funcionamento da instituição, bem como os seus pares e pessoal técnico e educativo. 2) Avaliação Diagnóstica – a equipa técnica deverá proceder ao levantamento e avaliação da situação do menor, particularmente o seu estado de saúde, desenvolvimento, contexto familiar e situação escolar. 3) Plano Socioeducativo Individual (PSEI) – Este plano é efectuado logo após a entrada da criança/jovem e contém a avaliação diagnóstica das necessidades e expectativas do menor, bem como as ações a implementar, os seus riscos, prazos para a implementação e critérios e periodicidade da avaliação e revisão. 4) Organização e Gestão das Atividades (Projeto Educativo) – Anualmente deverá ser

² A Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro no seu Artigo 45º refere que "o Apoio para a autonomia de vida consiste em proporcionar directamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida."

elaborado um plano de atividades ou projeto educativo para cada LIJ. Este é destinado a cada criança/jovem ou grupo de crianças/jovens. 5) Cuidados Especiais – determina-se as regras para os cuidados de saúde, higiene, alimentação, momentos de lazer e de descanso. 6) Nutrição e Alimentação - estabelecem-se as normas para a preparação e confecção de ementas de acordo com as necessidades dos menores de forma a assegurar uma alimentação equilibrada. Estes passos apresentam-se como um guia para a Equipa Técnica dos LIJ para o desenvolvimento de melhores práticas organizacionais e profissionais.

1.6. Principais motivos de institucionalização

Durante décadas o acolhimento institucional era maioritariamente dirigido a crianças e jovens que careciam de proteção familiar e social. Desta forma, os principais motivos que levavam ao acolhimento institucional eram a orfandade e a existência de deficiências motoras ou mentais, a pobreza e o abandono de crianças (Alves, 2007; Strecht, 2003).

Atualmente, verificam-se outras problemáticas sociais e familiares que podem motivar o acolhimento institucional, tais como: violência doméstica; existência de agregados familiares desestruturados, famílias com problemáticas associadas ao alcoolismo, toxicodependência, tráfico de drogas e crime (Alves, 2007).

De acordo com o PII - Plano de Intervenção Imediata (2009), a negligência, o abandono, os maus-tratos físicos e carências socioeconómicas apresentam-se como principais motivos de acolhimento. A negligência assume uma preponderância significativa no que concerne aos restantes motivos de acolhimento, tal deve-se essencialmente à ausência do acompanhamento familiar no dia-a-dia das crianças e jovens e a falta de acompanhamento familiar no que respeita às questões ligadas com a educação.

Tal como os motivos de acolhimento se foram alterando também o perfil da criança institucionalizada se modificou (Alves, 2007). Denota-se uma prevalência dos problemas de comportamento das crianças e jovens acolhidas que constitui uma séria preocupação na sua institucionalização.

O relatório CASA 2012 identifica uma elevada diversidade de problemáticas associadas às crianças e jovens institucionalizadas. Os problemas de comportamento, realidade muito comum nesta população, pressupõem a existência de um padrão persistente de comportamentos em que são violados os direitos básicos de terceiros ou

importantes normas sociais. O mesmo relatório faz uma discriminação relativamente a este ponto tendo em consideração o grau de gravidade dos comportamentos (ligeiros, médios, graves), sendo que, por exemplo, os problemas de comportamento ligeiros estarão mais relacionados com problemas de oposição e não tanto com a quebra de normas sociais. A toxicod dependência, que pressupõe o consumo regular e compulsivo de substâncias psicoativas, apresenta-se igualmente como um comportamento que merece preocupação por ser tão comum na população acolhida. Outra característica que se apresenta como muito frequente e, por isso merece a preocupação do Relatório CASA 2012, é a debilidade mental. Considerada como o atraso congénito ou precocemente adquirido do desenvolvimento intelectual, é caracterizada sobretudo por dificuldade de adaptação social e perturbações ou deficiência de julgamento. Refira-se ainda que o nível intelectual, avaliado através de testes de inteligência, se situa abaixo do nível médio correspondente aos sete anos.

Devido a estas problemáticas complexas torna-se urgente qualificar e reformular o sistema nacional de promoção e proteção para crianças e jovens, de maneira a responder eficazmente às necessidades destas.

1.7. O reverso da institucionalização

A institucionalização pode trazer consequências positivas e negativas, embora os aspetos negativos sejam mais relevados, tanto pela sociedade, como pela comunidade científica. Comparativamente aos outros tipos de cuidados substitutivos, o acolhimento institucional apresenta algumas vantagens, do qual se destaca o facto dos centros constituírem contextos mais estruturados e organizados, com limites definidos no que concerne aos comportamentos; as crianças/jovens estão sujeitos a menos ruturas comparativamente a outros tipos de colocação com maior probabilidade de interrupções e a oferta de serviços especializados para o tratamento de problemáticas específicas é mais alargada (Zurita & Del Valle, 1996).

Baseando-se nos depoimentos e histórias de vida de adolescentes institucionalizados, Alberto (2002) esclarece que o impacto da institucionalização depende de uma multiplicidade de fatores, nomeadamente das características das instituições de acolhimento, da comunidade envolvente e das próprias crianças/jovens. Todavia o acolhimento pode trazer consequências negativas a diversos níveis, sobretudo pela vivência de afastamento e abandono das crianças relativamente à família e pelos sentimentos de auto desvalorização causados pela estigmatização. A institucionalização

comporta riscos objetivos e reais, designadamente de regulamentação excessiva da vida quotidiana, de perda do espaço próprio, pelo facto da vivência grupal interferir na organização da intimidade, e ainda devido à organização institucional e à permanência prolongada das crianças. Todos estes fatores dificultam a construção da sua autonomia pessoal e o tipo de interação que os cuidadores mantêm com o menor que pode condicionar o desenvolvimento de vínculos e a expressão dos afetos (Martins, 2005).

As crianças institucionalizadas exibem frequentemente alterações em determinados domínios do desenvolvimento social, como é o caso da negociação, da vinculação, da autonomia e da relação social com pares (Pullum *et al.*, 2012; Schlichter & Horan, 1981; Torres, Maia & Silva, 2010; Tottenham, 2012). Para além destas dificuldades, é notória a presença de problemas emocionais e comportamentais, tais como o baixo rendimento escolar, problemas de comportamento disruptivo, comportamentos de oposição, dificuldades no envolvimento social e dificuldades no autocontrolo (Herschell & McNeil, 2005) ou a psicopatologia (Gibb, Alloy & Abramson, 2003).

Uma vinculação segura com as figuras cuidadoras proporciona um contexto favorável para o desenvolvimento de competências sociais, tais como a empatia, autonomia, capacidade de resolução de conflitos e expressão de emoções positivas (Bretherton, 1990; Page & Bretherton, 2001; Rose-Krasnor *et al.*, 1996). A vinculação insegura, típica nas crianças institucionalizadas, faz com que a criança desenvolva modelos negativos acerca das figuras cuidadoras e conduz a expectativas sociais mais negativas e dificuldades no relacionamento interpessoal (Cohn, 1990; Rose-Krasnor *et al.*, 1996)

Também na população portuguesa se verificam os mesmos fatores de risco associados às crianças e jovens institucionalizadas. Através de alguns estudos nacionais (Alberto, 1999; Cansado, 2009; Carneiro, 2005; Córias, 1995; Faria *et al.*, 2008; Machado & Gonçalves, 2003; Silva, 2004; Strecht, 2000; Torres, Maia & Silva, 2010; Vilaverde, 2000) verificou-se que as crianças institucionalizadas tendem a desenvolver padrões de comportamento antissocial bem como níveis elevados de ansiedade e agressividade; dificuldade nas questões relacionadas com a afetividade; falta de conhecimentos sobre a sexualidade; atrasos no desenvolvimento físico, psicomotor e intelectual; dificuldades de aprendizagem e de comunicação; perturbações a nível da vinculação; problemas graves de comportamento e emocionais; pré-delinquência; comportamento sexual precoce; promiscuidade; comportamentos aditivos;

toxicodependência; reduzida autoestima; comportamento sexualizado; depressão; sentimentos de incompetência e auto culpabilização; grande imaturidade; infantilização; falhas de identidade sexual e risco de suicídio.

Não se verifica uma relação de causa-efeito entre a institucionalização de menores e ocorrência dos fatores de risco mencionados. A idade de admissão na instituição, as características da instituição e da criança/jovem, a duração do internamento e a qualidade na prestação de cuidados são moderadores importantes a ter em conta (Martins, 2005).

Carneiro (2005) indica que, tendencialmente, as crianças e jovens só deixam a instituição quando atingem a maioridade. A questão preocupante é que quando abandonam o Lar saem com fracas competências para se enquadrarem socialmente, sem projeto formativo ou profissional e, em algumas situações, sem qualquer rede de suporte à sua inserção psicossocial. O mesmo autor afirma que as competências ao nível da autonomia e do desenvolvimento pessoal e social são poucas o que traz repercussões negativas no seu futuro aos níveis pessoal, profissional e familiar.

Num estudo executado na região das Astúrias foi realizada uma investigação que intentava medir o grau de integração social e estabilidade de jovens que se encontravam institucionalizados, bem como de jovens que já tivessem finalizado o acolhimento. Os autores decidiram estudar as consequências dos longos períodos de institucionalização, a inadaptação social e a delinquência. Dos resultados encontrados, os autores salientaram serem preocupantes as situações de jovens que após o acolhimento se encontravam dependentes de ajudas dos serviços sociais. Os resultados relativos à inadaptação social e delinquência demonstram que os menores acolhidos desenvolvem poucas competências pessoais e sociais, que para além de todo o transtorno que trazem para a vida futura, influenciam no aparecimento e desenvolvimento de comportamentos anti-sociais. A referida inadaptação social está correlacionada com características da criança/jovem como baixa tolerância à frustração, sentimentos de incompetência e auto culpabilização, níveis elevados de ansiedade e agressividade e fraca capacidade empática, que aumentam grandemente a probabilidade da criança/jovem desenvolver comportamentos disruptivos (Fernández *et al.*, 2003).

Barth *et al.* (2009) reconhece a importância do desenvolvimento de programas de autonomia de vida e do desenvolvimento de capacidades sociais e pessoais em jovens institucionalizados. A aprendizagem destas aptidões não só prepara as crianças e os jovens para uma vida saudável em sociedade como os mune de competências para que

não enveredem pela vida do crime. De facto, Georgiades (2005) destaca que jovens acolhidos que nunca integraram programas de autonomia de vida, dependem mais da ajuda financeira e manifestam mais frequentemente comportamentos disruptivos do que jovens que participaram em programas de autonomia e de desenvolvimento de competências sociais.

Denote-se que existem programas pertinentes “*Programa de Desarrollo Personal*”, Clavero *et al.*, (2006) e o “*Programa Umbrella*”, (Del Valle & Garcia Quintanal, 2006), que promovem o desenvolvimento da autonomia e de competências pessoais e sociais, e se têm revelado muito importantes no acolhimento institucional.

Neste sentido é necessário começar por reunir os conteúdos mais importantes destes programas para que se possa aplicar efetivamente no sistema de acolhimento português.

Parte II – Trevo: Uma proposta de intervenção para a população institucionalizada em Lares de Infância e Juventude

1. Proposta de intervenção: o programa Trevo

Como foi exposto ao longo deste projeto, a implementação de programas em crianças e jovens institucionalizados que intentem desenvolver a autonomia e as competências pessoais e sociais, apresenta-se como uma necessidade muito premente, e a sua falta representa uma lacuna na institucionalização (Anthony *et al.*, 2010; Berlin, Vinnerljung & Hjern, 2011; Brown & Wilderson, 2010; Colins & Clay, 2009; Del Quest *et al.*, 2012; Harder, Knorth & Kalverbaer, 2011; Havlicek, 2011; Lenz-Rashid, 2006; Stein & Munro, 2008).

Desta forma a autora desenvolveu uma proposta de intervenção baseando-se em programas ou modalidades de intervenção que se adaptam a esta área, tais como: *Gerar Percursos Sociais (GPS)*, Rijo *et al.*, (2007); *Competências Pessoais e Sociais: Guia Prático para a Mudança Positiva*, Jardim & Pereira (2006) e o *Programa Umbrella*, Del Valle & Garcia Quintanal, (2006). Refira-se que esta tarefa tornou-se particularmente difícil, uma vez que a pluralidade das intervenções existentes foi aplicada em contextos diferentes dos da realidade portuguesa e dirigiam-se unicamente a uma problemática. A inexistência de programas que abrangessem a temática da prevenção dos comportamentos anti-sociais conjuntamente com o desenvolvimento de atividades que promovessem a autonomia e as competências pessoais e sociais em crianças e jovens institucionalizados, foi preponderante para a criação deste programa.

O programa, intitulado Trevo, foi construído tendo em conta programas de promoção do comportamento pró-social já experimentados. Foram selecionadas as temáticas que pareceram fundamentais para trabalhar com este tipo de população para que fosse possível potenciar o impacto da intervenção e facilitar a mudança.

O Trevo foi idealizado para ser aplicado a crianças e jovens institucionalizadas em LIJ. As atividades propostas intentam promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, prevenir os comportamentos disruptivos e fomentar o desenvolvimento da autonomia, responsabilidade e pensamento pro-social. As características do programa, bem como a estrutura das sessões permitem a sua utilização em diversos contextos de prevenção. Assim sendo, o Trevo poderá ser utilizado no

âmbito da prevenção da toxicodependência, de comportamentos antinormativos, do comportamento sexual desadequado, do abandono escolar e da intrusão negativa na sociedade. Este poderá igualmente ser usado em contextos de reabilitação, nomeadamente, com jovens cujas experiências anteriores (vítimas de abuso sexual) tenham marcado negativamente o seu percurso, jovens toxicodependentes ou jovens com marcado desvio social.

O programa Trevo não deverá ser visto como uma medida única ou uma acção isolada para ser aplicada de forma singular, mas sim como uma intervenção que deverá ser incluída num pacote de medidas ou pluralidade de ações que promovam a autonomia e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais em jovens institucionalizados.

O Trevo possui um carácter mais experiencial e dinâmico, bem como uma componente lúdica, características capazes de minorar as dificuldades sentidas por parte dos participantes, tais como a monotonia e a dificuldade de concentração.

Este programa constitui uma oferta de intervenção grupal organizada, que pode sofrer adaptações de acordo com as necessidades de cada caso ou grupo. Independentemente das alterações sofridas deverá dar-se prevalência à sequência dos módulos que o constituem.

2. População-alvo

O programa Trevo foi desenvolvido com o intuito de ser aplicado a crianças e jovens institucionalizadas em LIJ. A escolha deste género de equipamento como alvo do projeto prende-se, primordialmente, com o facto de ser neste tipo de instituição de acolhimento que se verificam as permanências de institucionalização mais longas por parte das crianças e jovens, o que facilitaria a implementação do programa. Por outro lado, saliente-se que os fatores de risco, anteriormente referidos, associados a esta população são mais evidentes aquando de períodos de institucionalização mais longos. Desta forma, e atendendo ao modelo de saúde pública que postula a existência de três tipos diferentes de intervenções preventivas, a saber: prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária (Negreiros, 2008), verifica-se que estamos forçosamente perante uma intervenção secundária, uma vez que a população-alvo é uma população de risco (David, 1990; Strecht, 2003; Zurita & Del Valle, 2005).

Relativamente à idade, o programa adequa-se a adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos. Dado que o período de institucionalização pode

ser alargado até aos 21 anos, jovens na faixa etária entre os 18 e os 21 anos também poderão participar. A escolha desta faixa de idades relaciona-se com a adequação das temáticas ao desenvolvimento físico, intelectual e psicossocial dos jovens.

As temáticas a abordar foram pensadas para jovens de ambos os sexos o que se apresenta como positivo para o desenraizamento de certos tabus. No entanto, se a equipa de moderadores ou o próprio centro de acolhimento considerar mais proveitoso aplicar o programa à população feminina e masculina, particularmente, tal não é objetável.

Tabela 1 - Fatores de inclusão e de exclusão.

Fatores de inclusão	Fatores de exclusão
➤ Acolhimento em LIJ	➤ Acolhimento em UE
➤ Idade compreendida entre 13 e 21 anos	➤ Idade inferior a 13 anos
➤ Período de institucionalização superior a 6 meses	➤ Período de institucionalização inferior a 6 meses
	➤ Crianças ou jovens portadores de deficiência grave ou défices cognitivos

A integração no programa Trevo está ainda dependente do período de institucionalização que não deverá ser inferior a 6 meses. Finalmente sublinhe-se que quer jovens portadores de deficiência grave ou multideficiência como jovens com défices cognitivos significativos não devem ingressar no programa. Tal deve-se ao facto destes não conseguirem acompanhar as sessões e obter o devido proveito das mesmas. Na existência de casos de deficiência visual, auditiva ou motora é necessário que um dos técnicos tenha formação necessária para lidar com a respetiva situação.

3. Avaliação de necessidades

Como foi anteriormente referido, vários são os fatores de risco que estão associados às crianças e jovens institucionalizados. A bibliografia consultada refere que a problemática associada à falta de competências pessoais e sociais, se apresenta como a necessidade mais premente a ser desenvolvida em crianças e jovens institucionalizados

(Alberto, 1999; Barth *et al.*, 2009; Cohn, 1990; Cóias, 1995; Fernández *et al.*, 2003; Faria *et al.*, 2008; Rose-Krasnor *et al.*, 1996).

Negreiros (2008) afirma que as abordagens de intervenção que incluem estratégias que promovam a aprendizagem de competências que exercem uma função primordial na adaptação e promoção do comportamento pró-social afetam imensamente o desenvolvimento normativo da criança ou jovem.

O treino de competências pessoais e sociais permite facultar às crianças e jovens mais abertura nas questões relacionadas com a afetividade; mais sensibilidade a problemas interpessoais; o desenvolvimento de competências na resolução de problemas; mais facilidade em facultar soluções alternativas; capacidade de analisar as consequências das ações e aptidões de regulação emocional e de autocontrolo. Ao desenvolverem estas capacidades, há mais probabilidade de no futuro não terem dificuldades de comunicação, serem mais autónomos e responsáveis, não terem comportamentos aditivos e não possuírem comportamento antisocial e delinvente. (Kazdin, 1996; Little & Kendall, 1979; Lochman, 1992; Lochman *et al.*, 1993; Lochman & Wells, 1996; Michelson, 1987; Spivack & Shure, 1982).

O aperfeiçoamento de competências pessoais/sociais e de autonomia apresenta-se como a necessidade mais premente a ser trabalhada nesta população. Tal facto, não só proporciona aptidões extremamente úteis para a vivência diária em sociedade como acautela o desenvolvimento de problemáticas associadas.

Atendendo ao supracitado, um programa que se proponha a desenvolver capacidades e conhecimentos de forma a prevenir este género de comportamentos, apresenta-se como uma peça fundamental para uma inserção normativa destes indivíduos na comunidade.

4. Objetivos e estratégias a implementar

O programa Trevo baseia-se, conceptualmente, num modelo de promoção de competências pessoais e sociais. Dum modo geral, o programa tem como principal finalidade desenvolver competências sócio-cognitivas e comportamentais que permitam que os jovens adquiram conhecimentos e aptidões para uma inclusão satisfatória na sociedade. Refira-se ainda, a pretensão que os jovens sejam mais flexíveis ou reestruem padrões comunicacionais e comportamentais, bem como as suas crenças disfuncionais a cerca de si e dos outros.

O Trevo é constituído por seis módulos distintos que, se possível, deverão ser realizados na ordem proposta por motivos relacionados com a estratégia de mudança anteriormente determinada. O número de sessões é variável em cada módulo. Mencione-se que, em cada módulo, não são trabalhadas necessariamente competências diferentes; procura-se modificar comportamentos atuando a vários níveis.

O programa define-se como uma intervenção em grupo. Esta intervenção apresenta diversas vantagens em relação a outras modalidades uma vez que a participação num grupo possibilita experiência de auto e hétero conhecimento (Jardim, 2007). As várias sessões deverão ser preferencialmente abordadas em *Focus Group*, de maneira a que os jovens se sintam num ambiente seguro onde possam expor as suas ideias e opiniões. O estudo também poderá ser considerado longitudinal, atendendo a que se processa a avaliação dos indivíduos um mês e quatro meses após o término do programa (Jardim, 2007).

De seguida, descreve-se cada módulo em particular, bem como as diferentes sessões que os constituem. Realiza-se ainda um pequeno resumo explicitando os principais objetivos de cada módulo.

4.1. Módulo I – Trevo

A apresentação é o primeiro contacto dos participantes com o programa. Neste sentido, é importante tornar este módulo o mais interessante possível de forma a captar o interesse dos intervenientes para os módulos vindouros. No módulo I é necessário familiarizar os participantes com a natureza, estrutura e metodologia do programa.

Primeiramente, a equipa de animadores fará uma apresentação do programa. Deverão ser evidentes as finalidades do programa, regras de funcionamento, periodicidade, duração e estrutura das sessões. Deve procurar-se que esta apresentação não seja muito demorada, de modo a evitar alongar demasiado esta primeira sessão, bem como revelar-se entediante e, conseqüentemente, desinteressante para os participantes. A exposição não deverá ser demasiado pormenorizada, embora seja importante realçar os principais conteúdos a trabalhar em cada módulo. No final da apresentação sugere-se que se reserve um espaço para responder a dúvidas dos participantes acerca do Trevo.

Na segunda parte realizar-se-ão as atividades; este módulo é composto por uma única sessão com duas dinâmicas. Ambas foram pensadas para grupos cujos membros já se conhecem. A primeira designa-se por “Cartão-de-visita” e a segunda “Autoretrato”.

Estas dinâmicas deverão ser abordadas como um jogo que fomente a apresentação ou como uma forma de “quebrar o gelo” entre os participantes e os animadores. Estas atividades propõem-se ainda a realçar diferentes pontos de vista sobre o mesmo tema, evidenciando o conhecimento mútuo entre participantes e possivelmente expondo algumas fragilidades.

4.2. Módulo II – Saber comunicar

Neste módulo serão trabalhados diversos aspetos relacionados com a comunicação humana. O objetivo principal não é promover nos participantes competências de comunicação, mas antes fazê-los entender que existem diversos fenómenos comunicacionais que podem gerar desentendimentos, nomeadamente a ambiguidade na comunicação, os diversos níveis e tipos de comunicação e as distorções na interpretação da mensagem. Desta forma, intenta-se que os jovens constatem que a comunicação humana é complexa e repleta de mal-entendidos.

O tema da comunicação é o ideal para se iniciar efetivamente o programa, uma vez que não é um assunto muito exigente ou que revolva questões intrínsecas de cada indivíduo.

Rijo *et al.* (2007), no programa GPS, menciona que indivíduos com dificuldades de interação e socialmente pouco aptos exibem problemas comunicacionais claros, evidenciando dificuldades de adaptação comunicacional aos diferentes contextos e utilizando um estilo de comunicação rígido e tendencialmente agressivo.

A dificuldade comunicacional influencia intensamente o processamento da informação. Mais ainda, pode conduzir ao aparecimento de disfunções inadequadas ao nível cognitivo-interpessoal.

Este módulo é composto por cinco sessões, num total sete dinâmicas.

4.3. Módulo III – Como me relacionar com os outros

A qualidade das competências sociais revela-se de extrema importância no percurso decorrente da adolescência até à vida adulta, nomeadamente no que se refere à construção da autonomia e identidade pessoal dos jovens, à autoexpressão, validação social e integração social (Rijo *et al.*, 2007; Soares & Campos, 1985).

De facto, há referências que os jovens com dificuldades no relacionamento interpessoal revelam lacunas em vários aspetos, tais como a capacidade de resolução de conflitos, a facilidade com que rotulam os outros, desenvolvem um estilo de

comportamento disruptivo ou de evitamento, dificuldades na interiorização de normas, bem como na distinção entre assertividade e agressividade (Fachada, 2000; Rijo *et al.*, 2007)

Os défices nos relacionamentos interpessoais podem advir de problemas no desenvolvimento, bem como num processamento disfuncional da informação. O próprio estilo de comportamento social é influenciado pelo grupo que em o indivíduo se insere, adaptando-se de forma a manter a ligação com os pares (Rijo *et al.*, 2007).

Neste módulo pretende-se que os participantes experimentem as vantagens de um estilo comportamental mais assertivo, assim como do comportamento pró-social.

Relativamente à assertividade, Caballo (1982) sustenta que este termo engloba quatro dimensões: capacidade de dizer “não”, capacidade de pedir ou fazer favores, capacidade de expressar sentimentos positivos e negativos, capacidade para iniciar, manter e terminar uma conversa.

Ao longo do módulo vão ser trabalhadas diversas formas de interação com os outros, tais como: pedir desculpa, pedir ajuda, criticar de forma adequada e saber argumentar.

Esta população demonstra uma probabilidade alta de apresentar disfunções no relacionamento com os outros devido essencialmente a dois fatores: défice na aprendizagem e desenvolvimento das aptidões sociais ou distorção na forma como o adolescente vê a relação com os outros e se vê a si próprio na relação com os outros (Alberto, 2002; Barth *et al.*, 2009; Strecht, 2003).

Frequentemente, as lacunas observadas nos jovens a este nível não se devem unicamente à falta de competências sociais, mas antes da forma como a informação ao nível das interações é erradamente interpretada pelos jovens (Barth *et al.*, 2009).

Desta forma, os conteúdos deste módulo foram agrupados em doze sessões, de maneira a abordar todos os tópicos anteriormente mencionados.

4.4. Módulo IV – Saber lidar com sentimentos e emoções

No módulo IV são realizadas atividades que abordam a componente das emoções e dos sentimentos. Estas temáticas visam promover um melhor conhecimento dos estados emocionais vividos pelo próprio e pelos outros, potenciando as competências de autocontrolo e de regulação emocional.

A inclusão de um módulo que aborde estas temáticas justifica-se pelo facto dos indivíduos com crenças disfuncionais utilizarem de forma deficitária as emoções,

recorrendo mais facilmente à emoção ira/cólera, mascarando muitas vezes as emoções tristeza e medo. O facto de recorrerem com frequência a esta emoção faz denotar às outras pessoas que estes indivíduos estão continuamente numa posição de defesa ou contra-ataque. Também as crenças ou estereótipos disfuncionais condicionam a manifestação das emoções, por exemplo, a crença de que um homem não deve chorar em público para não mostrar as suas fragilidades. Realce-se ainda a relação estreita ente os comportamentos agressivos e os problemas de controlo da impulsividade com a regulação emocional (Lochman, 1992; O' Donnell *et al.*, 1995).

As principais finalidades deste módulo são dotar os participantes de maior conhecimento acerca das funções das emoções, a tomada de consciência da influência das emoções nos comportamentos e aumentar a capacidade de perceção do que está por trás dos motivos dos outros. Este módulo está organizado em sete sessões.

4.5. Módulo V – Autonomia e responsabilidade

Este módulo está dividido em três sessões cujo objetivo primordial é a promoção da autonomia e responsabilidade. Nas sessões são trabalhadas competências diversas: gestão doméstica, gestão de recursos financeiros e inserção na vida ativa.

Relativamente a módulos transatos o módulo V apresenta a característica distintiva das suas sessões não serem interdependentes. Se, eventualmente, os técnicos acharem que os jovens já possuem as competências previstas para uma determinada sessão poderão descartá-la.

Optou-se por conferir a estas sessões um cariz competitivo, a fim de incrementar o empenho da população, dado que são áreas que suscitam pouco interesse nos jovens.

As atividades desenvolvidas intentam preparar os participantes para a vida fora da instituição, de forma a que estes sejam autónomos em várias situações do dia-a-dia e para que a adaptação e integração à vida fora do ambiente institucional seja mais acessível, havendo um suporte na sua inserção psicossocial.

A bibliografia aponta para uma desresponsabilização dos jovens no que concerne às atividades de vida diária, o que os infantiliza. A regulamentação excessiva da vida quotidiana e a perda do espaço próprio dificultam a construção da autonomia e independência pessoal (Alberto, 2002; Barth *et al.*, 2009). Embora seja variável de instituição para instituição, as estruturas organizacionais dos Lares que não permitem o assumir de responsabilidades diversas, tendem a enfatizar ainda mais a dependência,

desresponsabilidade e a infantilidade destas crianças e jovens (Alberto, 2002; Barth *et al.*, 2009; Georgiades, 2005).

Silva (2004) refere que, se a instituição permitir que as crianças/jovens assumam as suas responsabilidades no dia-a-dia, estas poderão desenvolver um conjunto de competências pessoais e sociais que lhes permitam uma melhor adaptação e integração na comunidade.

4.6. Módulo VI – Falando de tabus

O último módulo é composto por três sessões, a primeira relacionada com a temática da sexualidade, a segunda com o abuso de álcool e drogas, a última com o visionamento de um filme.

Estes temas são abordados no último módulo propositadamente, dado que é expectável que os módulos anteriores confirmem maior maturidade aos participantes. Por outro lado, a dinâmica com que se aborda estes temas é também distinta dos módulos anteriores.

Tornou-se premente para a autora introduzir uma temática que abordasse questões relacionadas com a sexualidade, considerando as debilidades e riscos associados ao desconhecimento, desinformação e infantilidade da população relativamente a este tema (Zurita & Del Valle, 1996). Refira-se que promiscuidade e o comportamento sexualizado é um fator de risco associado a população institucionalizada (Strecht, 2000) e que, aliada à desinformação destas temáticas, se torna numa combinação muito preocupante. Mais ainda, saliente-se a agravante de alguns jovens poderem ter sido vítimas de abuso sexual o que potencia o aparecimento destes fatores de risco. De fato a atividade sexual precoce, comentários sexuais desadequados, a masturbação excessiva, o comportamento sexualizado e a prostituição são consequências típicas da violência sexual contra crianças (Beitchman *et al.*, 1992; McCoy & Finkelhor, 1995).

Dum ponto de vista geral, a função do plano de atuação quanto à sexualidade prende-se com a realização de atividades que desmistifiquem a temática, promovam a aquisição de conhecimentos básicos e fomentem a facilidade de comunicação com a equipa técnica quanto a dúvidas que possam surgir.

A inclusão de uma unidade que aborde as questões relacionadas com os consumos de tabaco/álcool/drogas prende-se com o facto de o desenvolvimento do comportamento aditivo partilhar antecedentes comuns com os fatores de risco

anteriormente mencionados (Negreiros, 2008; Silva, 2004). Desta forma, Negreiros (2008) realça a importância de programas de prevenção que conjuguem estratégias específicas para a prevenção do consumo de drogas com outras estratégias de âmbito mais geral. Referencie-se também que muitos jovens em situações de acolhimento institucional são filhos de pais consumidores e perceberam diretamente os seus consumos (Negrão & Seabra, 2007). Este último ponto intensifica a necessidade da inclusão de uma unidade que aborde esta temática.

O objetivo primordial é a transmissão, através de certas atividades, de informação respeitante a diferentes substâncias psicoativas, fornecimento de conhecimentos respeitantes às substâncias lícitas e ilícitas e perigos associados ao seu consumo e os motivos que conduzem ao consumo de drogas.

O visionamento do filme pode ser realizado numa ou duas sessões ficando ao critério dos técnicos, que estão a implementar o programa, a decisão. O objetivo desta unidade é propor que os participantes façam uma reflexão sobre a temática abordada pelo filme e que exponham o que entendem ser a moral da história. O Trevo propõe uma listagem de filmes que poderá ser alterada se os moderadores o entenderem.

4.7. Sessão de encerramento e sessões *Follow-up*

A sessão de encerramento do programa deve ser realizada de modo a construir um marco importante no percurso dos participantes para que estes tomem consciência do fim das sessões regulares e do começo das sessões seguintes (*follow-up*). Desta forma, deseja-se preparar os participantes para o final do programa e para a generalização dos ganhos e competências adquiridas ao longo do Trevo.

A última sessão não se assemelha as restantes sessões, nomeadamente quanto ao formato, estrutura e duração. Desta maneira, sugere-se que sejam os próprios técnicos a estruturar e erigir o término do programa. A autora sugere que seja feita uma festa na própria instituição, um acampamento/acantonamento ou jogos com os jovens. Destaque-se a importância de existir um momento de despedida. Propõe-se uma discussão moderada com os participantes para que cada um se pronuncie a cerca da sua experiência do Trevo e que cada jovem formule uma sugestão, capaz de ajudar na vida quotidiana, para todos ou para um participante em particular.

Dado tratar-se de um ambiente em que os moderadores do programa e os participantes estão em contacto diário, denota-se a importância dos técnicos

demonstrarem abertura para que qualquer jovem se sinta à vontade para os abordar sobre qualquer assunto.

Nesta mesma sessão deverá ser explicado a importância de sessões de *follow-up* e as mesmas deverão ser calendarizadas. A primeira deverá ser agendada para um mês a seguir ao término do programa Trevo, recomenda-se que se realize pelo menos mais uma sessão *follow-up*, três ou quatro meses após a primeira.

A estruturação das sessões *follow-up* fica ao critério dos técnicos que aplicam o programa Trevo. Estas sessões deverão servir para a partilha de experiências, tentado perceber se têm aplicado o que foi trabalhado durante o programa, quais as dificuldades com que se têm deparado, reforçar o uso das competências desenvolvidas e promover a autonomia dos participantes.

5. Materiais e recursos

Quanto aos materiais necessários em geral, idealmente o programa Trevo deverá ser aplicado na própria instituição, numa sala privada e ampla, com lotação suficiente para todos os membros, em que os jovens se sintam confortáveis. Se possível as cadeiras devem ser posicionadas em círculo para que todos os participantes sejam visíveis e para fomentar o discurso de igual para igual. No respeito aos materiais específicos para cada dinâmica, denota-se a importância de realçar que a implementação do Trevo não exige grandes recursos económicos, a maioria dos materiais encontra-se disponível nas próprias instituições. A listagem de materiais respeitante a cada atividade encontra-se explanada no Anexo I, página nº. IV

No que concerne aos recursos humanos, a equipa de animadores do programa Trevo deverá coincidir, preferencialmente, com a equipa técnica da instituição onde o programa será implementado. Sugere-se que seja composta por dois elementos, sendo que pelo menos um deles deverá ter formação em Psicologia ou Criminologia. Para que a realização do programa seja mais eficaz, recomenda-se um elevado grau de coordenação entre ambos, pode haver divisão de tarefas ou, se necessário, um deles assumir um papel mais ativo na orientação da sessão.

É aconselhado a presença de dois animadores, não só por se tratar de um programa que se destina a indivíduos que poderão ter grau elevado de disfunção comportamental, mas essencialmente por se pretender induzir nos participantes algum

grau de activação emocional, devendo então garantir-se as condições necessárias à contenção e suporte emocional dos mesmos (Rijo *et al.*, 2007).

Aos animadores é exigido o conhecimento profundo do programa de forma a que os objetivos definidos possam ser alcançados. Para tal, não é necessário que o programa seja estritamente cumprido; se os técnicos considerarem mais proveitoso, poderão modificar a estrutura, método e duração das sessões. Releve-se a importância de uma boa preparação das sessões que permita aos animadores estarem disponíveis e atentos às atitudes e comentários dos participantes, procurando promover o envolvimento ativo e equitativo dos mesmos nas atividades e motivá-los para a adesão ao programa.

É essencial que os animadores mantenham uma postura de grande tolerância face às atitudes, comportamentos e propostas dos participantes. Esta deverá igualmente ser isenta de imposições e de julgamentos o que facilitará o estabelecimento de uma relação de confiança mútua. Incentiva-se que o técnico seja ativo e promotor da coesão e da maturação do grupo (Rogers, 1974).

A qualidade da relação estabelecida entre os técnicos e os jovens é de extrema importância. Se esta relação for bastante significativa verifica-se uma maior eficácia de intervenção. Se o animador assumir uma postura de observador-participante (Safran & Segal, 1990) os objetivos do programa Trevo serão atingidos mais facilmente.

6. Procedimentos e estratégias de avaliação do programa

6.1. Procedimentos

Para uma conceptualização do programa é importante definir a duração, periodicidade e estrutura do programa.

O programa Trevo foi edificado para ser aplicado uma vez por semana. O horário deverá ser definido pelos moderadores conjuntamente com os participantes. Após calendarização das sessões, os técnicos são responsáveis pela assiduidade dos jovens e deverão estimular frequentemente a presença destes nas sessões.

Os objetivos traçados e os conteúdos selecionados projetam-se nas próprias atividades. De facto, estas representam uma das tarefas mais importantes no desenho do programa, pois é aí que se operacionaliza os fundamentos, os conteúdos e os princípios do modelo (Rojo, 2002).

Cada sessão tem a duração aproximada de 90 minutos e foi pensada para um grupo de participantes nunca inferior a 8 nem superior a 16 elementos. As sessões podem compreender uma ou duas atividades. A maioria das sessões e respetivas dinâmicas obedece a uma estrutura definida, fixada na *Tabela 2*.

Tabela 2 - Estrutura das atividades do programa Trevo.

Estrutura da atividade	Descrição
1. Dinâmica de Grupo	<ul style="list-style-type: none">➤ Explicação da atividade aos moderadores.➤ Objectivo da atividade.
2. Debate	<ul style="list-style-type: none">➤ Discussão sobre a tarefa anteriormente realizada.
3. Recapitulando	<ul style="list-style-type: none">➤ Súmula das conclusões obtidas.➤ Consolidação de ideias.
4. Grito de Equipa	<ul style="list-style-type: none">➤ Grito conjunto com o objetivo de incrementar a identidade do grupo.

O manual do programa Trevo contém uma introdução para cada módulo bem como um resumo introdutório da estrutura e dos objetivos no início de cada sessão. Estas explicações são destinadas aos moderadores.

Todas as dinâmicas seguem uma estrutura específica iniciando-se pelo primeiro ponto que corresponde à “Dinâmica de Grupo”. Nesta etapa é fornecida uma explicação aos moderadores da organização da atividade em questão bem como do que se pretende alcançar com a mesma. Por vezes é feita uma sugestão do que os técnicos poderão anunciar ao grupo de jovens.

No “Debate” é suposto que o animador consiga dinamizar uma discussão com todos os intervenientes. O animador deve colocar perguntas de maneira a que os participantes possam analisar as suas reações e as dos outros.

Assim sendo, os participantes são convidados a intervir num debate que tem como finalidade perceber quais são os objetivos da dinâmica.

O “Recapitulando” serve essencialmente como uma síntese dos principais pontos que se concluíram no debate anterior. Este momento auxilia na consolidação das ideias principais.

O “Grito de equipa”, o último momento da sessão tem como objetivo fomentar a identidade do grupo e a identificação dos seus elementos como grupo.

6.2. Estratégias de avaliação do programa

As Ciências Sociais e Humanas permitem fazer a união das metodologias quantitativas e qualitativas, facultando a triangulação de dados, de forma a adequar, o melhor possível, o estudo ao tema em causa (Almeida & Freire, 2003; Pardal & Correia, 1995).

Desta forma, para se proceder à avaliação do programa Trevo poderão ser usadas abordagens mistas, quantitativas e qualitativas.

Optou-se por uma avaliação de natureza qualitativa por permitir conhecer, através de questões de tipo aberto, opiniões, motivos, comportamentos e interações dos inquiridos. O objetivo desta abordagem é descrever e interpretar, mais do que avaliar, para que haja compreensão dos fenómenos (Fortin, 2003; Vieira, 2004).

A escolha por uma avaliação de natureza quantitativa prende-se com o facto deste tipo de metodologia consentir a observação de fatos objetivos e de situações que existem independentemente do investigador. Desta forma, beneficia-se das características inerentes a esta abordagem tais como: a objetividade, a predição, o controlo e a generalização (Fortin, 2003).

Para se proceder a avaliação do Trevo a autora idealizou um questionário que contém perguntas abertas e fechadas. As questões fechadas são avaliadas através de uma escala psicométrica, a Escala de Likert.

Os questionários dirigem-se aos participantes do programa e aos técnicos que os vão implementar. Estes foram pensados para serem respondidos após cada módulo, no final do programa e nas sessões *follow-up*. No Anexo I, página CXCI podem-se encontrar os diferentes questionários.

A opção por este instrumento deve-se ao facto de este possuir a vantagem de comparabilidade das respostas de todos os indivíduos e a recolha de muita informação, de uma forma rápida e eficaz (Almeida & Freire, 2003).

Tendo em vista a descrição, a apresentação e a análise dos dados, a autora propõe que para os dados qualitativos se recorra à análise de conteúdo e para os dados quantitativos à análise estatística.

A análise de conteúdo assume um carácter descritivo e interpretativo, podendo ser compreendida como uma perspectiva humanista, uma vez que os inquiridos são considerados no contexto da situação em que se encontram, sendo possível compreender-se os seus conflitos, sucessos e fracassos (Bardin, 1991).

A estatística permite diferenciar dados, efetuar apresentações sumárias, destacar os resultados característicos e efetuar extrapolações para um conjunto da população estudada, tendo por base um certo número de hipóteses e as leis da probabilidade (Rosental & Frémontier-Murphy, 2002; Pestana & Gageiro, 2003).

Para se efetuar uma validação/avaliação de um programa de intervenção é necessário que este respeite e contemple certos critérios.

Jardim (2007) reflete na relevância da avaliação subjacente a um programa e, de entre os diversos critérios encontrados na literatura, salienta nove que serão também usados na avaliação do programa Trevo:

- **Cobertura:** determina o alcance do programa em relação à população-alvo para o qual foi criado inicialmente.
- **Pertinência:** salienta a significância dos objetivos a que o programa se propõe tendo por base as necessidades da população a que se destina.
- **Congruência:** avalia quão adequados os objetivos estabelecidos são tendo em conta o processo escolhido para os alcançar (conteúdo, metodologia, calendarização, etc.)
- **Processo:** avalia pequenos efeitos resultantes da estratégia adotada ao longo do procedimento e se este está a ser implementado conforme previsto. Este critério permite ainda melhorar o programa ao longo da sua execução.
- **Eficácia:** averigua se o efeito pretendido foi alcançado.
- **Efetividade:** avalia os efeitos resultantes da intervenção que se encontram para além dos inicialmente delineados (o programa é efetivo se estes efeitos secundários são positivos para a população).
- **Eficiência:** pondera o uso de recursos na obtenção dos resultados propostos.
- **Adaptabilidade:** reflete na possibilidade de o programa se moldar a outras populações que não aquela a que se destina inicialmente.

Trevo: Uma proposta de intervenção para a população institucionalizada em LIJ

- **Impacto:** aprecia os benefícios do programa para a população destinatária a médio-longo prazo (3 a 6 meses).

A seguir encontra-se uma tabela com os critérios que as perguntas avaliativas do programa Trevo abrangem.

Tabela 3 - Perguntas avaliativas do programa Trevo.

	Questionário processo participantes	Questionário final participantes	Questionário follow-up participantes	Questionário processo técnicos	Questionário final técnicos
Cobertura				1	
Pertinência	5	3	1	4,6,7,8	5,6,7
Congruência	3,4			2,3	1,2
Processo	1,2,3,4,7,8	1,2,5,8,11,17	3,7	4,5,8,9,10	4,5,13,14
Eficácia	5	4,8,12,13,16	2,8,11	7,8	5,8
Eficiência		8,14			5,9,10,11
Efectividade			10		12
Adaptabilidade					3
Impacto	6	7	4,5,6,7,9		

Resultados

Uma vez que o programa Trevo não foi efetivamente implementado, os resultados que advêm deste estudo apresentam-se como hipotéticos. No entanto, como o programa idealizado se baseia em programas ou modelos de intervenção já experimentados é expectável que os resultados sejam idênticos.

Desta forma espera-se que no que concerne ao desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais aconteça uma mudança significativa, percebida quer pelos participantes quer pelos animadores do programa. Os vários estudos salientam a importância da promoção de competências para o aperfeiçoamento do relacionamento interpessoal e ajustamento social dos jovens. Assim espera-se uma evolução notória ao nível do comportamento, flexibilidade cognitiva e adequação do estilo interpessoal (Clavero *et al.*, 2006; Del Valle & Garcia Quintanal, 2006; Jardim & Pereira, 2006; Negreiros, 2008; Rijo *et al.*, 2007). Certos domínios específicos tais como a capacidade empática, expressão de emoções positivas e capacidade de resolução de conflitos deverão sofrer mudanças muito positivas (Del Valle & Garcia Quintanal, 2006; Negreiros, 2008; Rijo *et al.*, 2007). No que respeita particularmente ao desenvolvimento de competências relacionadas com as temáticas sexualidade e consumo de substâncias acredita-se no potencial elevado para prevenir comportamentos-problema (Negreiros, 2008; Strecht, 2003).

Também as aptidões relacionadas com a promoção da autonomia deverão sofrer transformações significativas. Vários autores referem que o desenvolvimento de programas de autonomia de vida e capacidades de inserção positiva na sociedade traz resultados manifestos para os jovens institucionalizados (Barth *et al.*, 2009; Georgiades, 2005). Espera-se assim que os jovens desenvolvam afinadamente competências para se enquadrarem socialmente, com a preocupação de edificarem um projeto formativo ou profissional de forma a serem autónomos e independentes após o abandono da instituição.

Estas melhorias influenciam grandemente e profundamente a vida dos participantes, tanto no presente como no futuro. De fato este efeito vai-se generalizar para outros contextos da vida do jovem, tais como social, escolar, profissional e até familiar (Alberto, 2003; Barth *et al.*, 2009)

Caso o programa Trevo seja efetivamente implementado, a autora propõe que os dados qualitativos sejam tratados através da análise de conteúdo numa tentativa de interpretar as informações, identificar temas e pesquisar evidências para os temas e hipóteses em causa (Bliss, Monk & Ogborn, 1983; Glaser & Strauss, 1967). Desta forma definir-se-iam categorias explicativas do material em análise.

Para se proceder à análise dos dados quantitativos sugere-se a análise estatística, designadamente o programa de estatística SPSS® (Statistical Package for the Social Sciences). Após os dados serem inseridos numa base de dados informatizada, o SPSS® permite realizar cálculos estatísticos complexos e visualizar *scores* de uma forma rápida, capacitando o investigador para apresentar e interpretar sucintamente os resultados obtidos.

Discussão

Existe uma carência de programas que promovam na população institucionalizada diversas competências e conhecimentos em domínios vários, desde as aptidões pessoais e sociais até ao incremento da autonomia e responsabilidade. Este défice é salientado pela literatura (Carneiro, 2005; Clavero *et al.*, 2006; Cóias, 1995; Del Valle & Garcia Quintanal, 2006; Fernández *et al.*, 2003; Torres, Maia & Silva, 2010; Tottenham, 2012) e foi igualmente constatado pela autora aquando do seu estágio curricular decorrido num Lar de Infância e Juventude.

Como anteriormente referido, a existência de tais programas multidisciplinares seria benéfica para combater determinadas condições negativas patentes nas crianças e jovens institucionalizados. Várias são as referências bibliográficas que salientam a importância da fomentação de competências pessoais e sociais bem como a promoção da autonomia e responsabilidade, nesta população (Barth *et al.*, 2009; Carneiro, 2005; Georgiades, 2005).

Estas falhas resultantes do processo de institucionalização poderão ter repercussões negativas consideráveis na vida presente e futura destes jovens. Deste modo, ressalve-se a importância de intervir atempadamente tentando minorar os efeitos nefastos associados a este género de acolhimento (Del Valle & Garcia Quintanal, 2006).

Atendendo à lacuna supracitada e também ao impacto que este tipo de intervenção poderia ter para os jovens, a autora focou o seu projeto na construção dum programa que se enquadrasse neste panorama.

Assim surge o Trevo, uma proposta de intervenção para jovens institucionalizados em Lares de Infância e Juventude. Em primeiro lugar, cabe a este segmento recapitular e debater algumas das escolhas que pautam a aplicação do programa.

A restrição inicial deste projeto à população institucionalizada em LIJ prende-se, essencialmente, com os tempos mais longos de acolhimento nestes equipamentos. Este facto permite que haja o período temporal necessário à aplicação dos diversos módulos. Acrescente-se ainda que a literatura identifica uma correlação entre períodos mais longos de acolhimento e a ocorrência dos fatores de risco associados à institucionalização (Alberto, 1999; Cansado, 2009; Cohn, 1990; Martins, 2005, Rose-Krasnor *et al.*, 1996). Assim, a urgência de aplicar tal projeto a esta população é

superior. No entanto, não é de descartar o uso do Trevo noutras populações. Aliás, a avaliação do Trevo contempla a opinião dos moderadores do programa, relativamente à sua implementação noutro género de acolhimento ou mesmo em contexto escolar. De facto, mesmo que o jovem acolhido não esteja institucionalizado o tempo suficiente para completar o programa na totalidade, poderia sempre beneficiar da participação nalguns módulos.

Quanto à idade de participação (entre os 13 e os 18 anos) é um facto que quanto mais precocemente se inicia a intervenção, mais evidentes são os resultados esperados. Contudo, as dinâmicas do programa foram formuladas para uma população com capacidades intelectuais adequadas a esta faixa de idades. Na verdade, são poucas as atividades disponíveis para trabalhar as mesmas competências em populações dum escalão etário inferior.

A nível de características distintivas, sublinhe-se que o Trevo foi desenhado de maneira a possuir uma leitura e aplicação fáceis. Por outro lado, tentou-se conferir aos módulos uma cadência tão prática quanto possível, de forma a entusiasmar os participantes. Quanto a este tópico, a autora teve a possibilidade de aplicar algumas das atividades aquando do seu estágio e é de salientar a adesão e o empenho dos jovens perante as dinâmicas sugeridas.

A ponderação entre os benefícios dum programa e os seus custos deve ser sempre efetuada. Principalmente, tendo em conta as restrições orçamentais resultantes do momento que o país atravessa. Relativamente a este tópico, salvede-se uma vez mais, os baixos custos de implementação do Trevo. Os materiais requeridos estão, na maioria dos casos, presentes nos LIJ e os recursos técnicos podem ser obtidos dentro da equipa técnica de cada Centro.

Porventura, o Trevo poderia ser criticado relativamente a inexistência de resultados do mesmo, uma vez que ainda não foi posto em prática. O objetivo deste projeto não era a implementação do Trevo, mas sim a sua criação. Ou seja, pretendia-se gerar a base duma solução, uma ferramenta, cuja implementação no terreno seja posteriormente viável. Assim sendo, pode-se considerar que este objetivo foi atingindo. De qualquer das formas, o Trevo resulta de vários programas com sucesso, prevendo-se que os seus efeitos sejam igualmente positivos para os participantes.

De facto, desta convergência de projetos, resulta uma das mais-valias deste programa. Como anteriormente referido, a lacuna que urgia suprir prendia-se com a inexistência de projetos multidisciplinares que trabalhassem a população

institucionalizada em mais do que uma frente. O pacote de dinâmicas sugerida pelo Trevo pressupõe precisamente que se abordem diversas temáticas distintas.

Saliente-se ainda que o Trevo não é um projeto estático; procura ser dinâmico e identificar pontos de possível evolução. A própria avaliação foi concebida de forma a recolher dados relativos à perceção quer da população participante, como dos técnicos que estão a colocá-lo em prática. Este *feedback* seria certamente de grande relevância para identificar lacunas, desenvolver o projeto e moldá-lo consoante as necessidades requeridas pela população e pelos técnicos.

Por outro lado, o Trevo não deve ser visto como a única solução para as falhas que foram supracitadas. Na verdade, espera-se que as questões levantadas por este programa, abram horizontes para que novos projetos de investigação sejam erigidos nesta área em Portugal. Quer na temática do impacto que a institucionalização provoca na vida da população acolhida, quer no estudo da implementação de programas que trabalhem competências nestes jovens a fim de lhes proporcionar uma inserção psicossocial positiva na sociedade, existe espaço para desenvolver novos projetos.

No seguimento do tópico acima mencionado, sublinhe-se a importância do Criminólogo neste campo. É certo que a existência de profissionais igualmente competentes oriundo de outras áreas (Psicologia, Serviço Social, Educação Social e Sociologia) restringe o espaço de manobra e dificulta a intrusão do Criminólogo neste meio. No entanto, o seu conhecimento e currículo variado em diversas áreas (Criminologia, Direito, Vitimologia, Psicopatologia, Delinquência Juvenil) confere-lhe uma formação plural, deveras vantajosa em todo o âmbito deste género de projetos.

Destaque-se, contudo, que não está em causa a escolha duns profissionais em detrimento de outros. De facto, a confluência de conhecimentos de diversas áreas será sempre um bem a almejar em qualquer área científica. Deve-se, então, procurar uma colaboração harmoniosa dos profissionais de formações variadas e, porventura, delinear com mais certeza as áreas de trabalho de cada profissional.

Conclusão

Em suma, o programa Trevo propõe-se a desenvolver um conjunto de competências-chave, identificadas como deficitárias na população institucionalizada através da literatura. Não obstante o desafio que se revela uma abordagem multidisciplinar como a que é sugerida, os potenciais benefícios para a vida destes jovens representa um tónico que nos deverá impelir a suprir a lacuna resultante da inexistência de programas plurais, como o Trevo.

Embora o programa ainda não tenha sido implementado em LIJ, a sustentação teórica na qual o projeto se fundeia, prognostica resultados positivos que poderiam garantir um incremento na qualidade de vida das crianças e jovens institucionalizadas.

Esta melhoria adviria, acima de tudo, do desenvolvimento de diversas competências com um amplo espectro de utilidade, nomeadamente na forma de se relacionar com os outros, na maneira de compreender o ambiente circundante e na capacidade de autonomia. Sob o plano temporal, estes efeitos não se refletiriam unicamente a curto/médio prazo, mas também se prevê repercussões a longo prazo, particularmente num afastamento harmonioso do Lar e integração positiva na sociedade.

A preponderância da componente prática, catalisadora da atenção e interesse dos participantes, bem como os poucos recursos necessários para a sua implementação, característica *sine qua non* nos tempos de crise que atravessamos, emergem como dois dos seus atributos mais relevantes.

Por último releve-se a possibilidade dum profissional com uma formação tão multidisciplinar como um Criminólogo, integrar um programa como o Trevo. Certamente, que o currículo variado, fruto da Licenciatura em Criminologia, lhe confere as capacidades necessárias à criação, desenvolvimento e implementação de intervenções cujo impacto na sociedade não é negligenciável.

Referências Bibliográficas

- Alberto, I. (2003). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In: Machado, C. e Gonçalves, R. (Coord.). *Violência e Vítimas de Crimes* (vol. 2). Coimbra, Quarteto, pp. 223-244.
- Almeida, L.S. & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (3.^a Ed.). Braga, Psiquilíbrios.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada: percursos de jovens em lares de infância e juventude*. Lisboa, ISCSP.
- Amado, J. et al. (2003). *A escola e os alunos institucionalizados*. Lisboa, Departamento da Educação Básica.
- Anthony, E.K. et al. (2010). Coming back home: the reintegration of formerly incarcerated youth with service implications. *Children and Youth Services Review*, 32, pp. 1271-1277.
- Bardin, L. (1991). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Barth, R. et al. (2009). Evidence-based practice for youth in supervised out-of-home care: a framework for development, definition, and evaluation. *The Journal of Evidence Based Practice in Social Work*, 6(2), pp.147 – 175.
- Beitchman, J.H. et al. (1992). A review of the long-term effects of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 16(1), pp. 101–118.
- Berlin, M., Vinnerljung, B. & Hjern, A. (2011). School performance in primary school and psychosocial problems in youth adulthood among care leavers from long term foster care. *Children and Youth Services Review*, 33 (12), pp. 2489-2497.
- Bliss, J., Monk, M. & Ogborn, J. (1983). *Qualitative data analysis for educational research: a guide to uses of systemic networks*. London, Camberra, Croom Helm.
- Boney-McCoy, S. & Finkelhor, D. (1995). Prior victimization: A risk factor for child sexual abuse and for PTSD-related symptomatology among sexually abused youth. *Child Abuse & Neglect*, 19 (12), pp.1401–1421.
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and Loss: Loss, sadness, and depression (Vol.3)*. New York, Basic Books.

- Bretherton, I. (1990). Communication patterns, internal working models and the intergenerational transmission of attachment relationships. *Infant Mental Health Journal*, 11, pp. 237-251.
- Brown, S. & Wilderson, D. (2010). Homelessness prevention for former foster care youth: Utilization of transitional housing programs. *Children and Youth Services Review*, 32, pp. 1464-1474.
- Caballo, V. (1982). Los componentes conductuales de la conducta asertiva. *Revista de Psicología Peral & Aplicada*, 37 (3), pp. 473-486.
- Canha, J. (2000). *Criança maltratada – O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação – Estudo prospectivo de 5 anos*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Cansado, T. (2009). *Institucionalização de crianças e jovens em Portugal continental: o caso das instituições particulares de solidariedade social. E-Cadernos, n.º 2*. Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- Carneiro, R. (2005). *Casa Pia de Lisboa. Um Projecto de Esperança: as estratégias de acolhimento das crianças em risco – relatório final*. Cascais, Principia.
- Carvalho, T. & Manita C. (2010). Percepções de Crianças e Adolescentes Institucionalizados sobre o Processo de Institucionalização e a Experiência na Instituição. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Universidade do Minho.
- Clavero, F.H. et al. (2006). *Programa de Desarrollo Personal*. Madrid, Piramide.
- Cohn, D.A. (1990). Child-Mother Attachment of Six-Year-Olds and Social Competence at School. *Child Development*, 61, pp. 152-162.
- Cóias, J. (1995). O Internamento de Menores como Medida Educativa Terapêutica: um Modelo de Intervenção em Meio Institucional In: Silva, D., Barroso, J., Cóias, J. & Bruto da Costa, R. (Orgs.), *Congresso Os Jovens e a Justiça*. Lisboa, APPORT, pp. 179-196.
- Colins, M.E. & Clay, C. (2009). Influencing Policy for Youth Transitioning from Care: Defining Problems, Crafting Solutions and Assessing Politics. *Children and Youth Services Review*, 31 (7), pp. 743-751.
- David, M. (1990). *Le placement familial, de la pratique a la théorie*. Paris, PUF.

- Del Valle, F.J. & Zurita, J.F. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infância*. Madrid, Ed. Pirámide.
- Del Valle, F.J., Álvarez, E. & Bravo, A. (2003). Evaluación de resultados a largo plazo en acogimiento residencial de protección a la infância. *Infanda y Aprendizaje*, 26 (2), pp. 235-249.
- Del Valle, F.J. & Garcia Quintanal, J.L. (2006). *Umbrella, habilidades para la vida*. Oviedo, ASACI.
- Del Quest, A. *et al.* (2012). The Research Consortium to increase the success of youth in foster care. Voices of youth in foster care and special education regarding their experiences and transition to adulthood. *Children and Youth Services Review*, 34, pp. 1604-1615.
- Diário da República, I série A, n.º 193 de 22-8-2003 - Lei n.º 31/2003 de 22 de Agosto - Altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, a Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção.
- Diário da República, I série A, n.º 204 de 1-9-1999 - Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei n.º 147/99, de 1 Setembro.
- Diário da República, I Série-A, n.º 215 de 14-9-1999 - Lei Tutelar Educativa - Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro.
- Fachada, M.O. (2000). *Psicologia das Relações Interpessoais*. Lisboa, Editora Rumo.
- Faria, S. *et al.* (2008). *As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização*. Comunicação proferida no I Congresso Internacional em Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Fernandes, M.A. & Silva, M.G. (1996a). *Centro de Acolhimento para Crianças em Risco*. Lisboa, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.
- Fernandes, M.A. & Silva, M.G. (1996b). *Lar para Crianças e Jovens – Condições de implantação, localização, instalação e funcionamento*. Lisboa, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.
- Fortin, M.-F. & Robichaud, S. (2003). Os estudos do tipo experimental *In: Fortin, M.-F., O processo de investigação. Da concepção à realização*, Loures, Lusociência, pp. 183-199.

- Georgiades, S. (2005). A multi-outcome evaluation of an independent living program. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 23, pp. 417 – 439.
- Gibb, B.E., Alloy, L.B. & Abramson, L.Y. (2003). Global reports of childhood maltreatment versus recall of specific maltreatment experiences: Relationships with dysfunctional attitudes and depressive symptoms. *Cognition and Emotion*, 17 (6), pp. 903-915.
- Glaser, B.G. & Strauss, A.L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory – Strategies for qualitative research*. New York, Aldine Publishing Company.
- Harder, A.T., Knorth, E.J. & Kalverbaer, M.E. (2011). Transition secured? A follow-up study of adolescents who have left secured residential care. *Children and Youth Services Review*, 33 (12), pp. 2482-2488.
- Havlicek, J. (2011). Lives in motion: A review of former foster youth in the context of their experiences in the child welfare system. *Children and Youth Review*, 33 (7), pp. 1090-1100.
- Herschell, A.D. & McNeil, C.B. (2005). Theoretical and Empirical Underpinnings of Parent-Child Interaction Therapy with Child Physical Abuse Populations. *Education and Treatment of Children*, 28 (2), pp. 142-162.
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2009). *Modelo de Avaliação da Qualidade para o Lar de Infância e Juventude*. Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P..
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2009). *Plano de Intervenção Imediata - Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009*. Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P..
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2012). *CASA 2012 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa, Instituto da Segurança Social, I.P..
- Instituto para o Desenvolvimento Social (2000). *Lares de crianças e jovens: caracterização e dinâmicas de funcionamento*. Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Jardim, J. & Pereira, A. (2006). *Competências Pessoais e Pessoais – Guia Prático para a Mudança Positiva*. Porto, Asa Editores.
- Jardim, J. (2007). Desenvolvimento de competências intra-interpessoais e profissionais no jovem adulto In: Santos, P. (Org.). *Temas Candentes em Psicologia do desenvolvimento*, Lisboa, Climepsi Editores, pp. 313-322.

- Johnson, R., Browne, K., & Hamilton-Giachritsis, C. (2006). Young children in institutional care at risk of harm. *Trauma, Violence & Abuse*, 7 (1), pp. 1-26.
- Kazdin, A.E. (1996). *Conduct disorders in childhood and adolescence*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- Lenz-Rashid, S. (2006). Employment experiences of homeless young adults: Are they different for youth with a history of foster care? *Children and Youth Services Review*, 28 (3), pp. 235-259.
- Little, V. & Kendall, P. (1979). Cognitive-behavioral interventions with delinquents: problem solving, role-taking, and self-control *In: Cognitive-behavioral interventions: Theory, research and procedures*, New York, Academic Press.
- Lochman, J. E. (1992). Cognitive- behavioral interventions with aggressive boys: Three year follow-up and preventive effects. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 60, pp. 426-432.
- Lochman, J.E. *et al.* (1993). Effectiveness of a social relations intervention program for aggressive and non aggressive rejected children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61, pp. 1053-1058.
- Lochman, J.E. & Wells, K.C. (1996). A social-cognitive intervention with aggressive children: Prevention effects and contextual implementation issues *In: Peters, R.D. & McMahon, R.J. (Eds.), Preventing childhood disorders, substance abuse, and delinquency*. London, Sage Publications.
- Maclean, K. (2003). The impact of institutionalization on child development. *Development and Psychopathology*, 15, pp. 853–884.
- Machado, C. & Gonçalves, R. (2003). *Violência e vítimas de crime – Vol. 2: Crianças*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Martins, P.C.M. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco representações sociais, modos e espaços*. Tese de doutoramento em Estudos da Criança, Braga, Universidade do Minho.
- Martins, P.C.M. (2005). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens — As Respostas Institucionais. *Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Martins, P.C.M. (2005) *Das dificuldades (dos) menores aos problemas (dos) maiores: elementos de análise das representações sociais sobre as crianças em risco*. Braga, Universidade do Minho.
- Michelson, L. (1987). Cognitive-behavioral interventions in the prevention and treatment of anti-social disorders in children and adolescents *In*: Burchard, J.D. (Ed.), *Prevention of delinquent behavior*, Newbury Park, Sage Publications.
- Negrão, R. & Seabra P. (2007). Dificuldades de aprendizagem em crianças e adolescentes filhos de toxicodependentes. *Toxicodependências*, 13(2), pp. 41-54.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências Juvenis – Trajectórias, intervenção e prevenção* (1ª Ed.). Porto, Livpsic.
- Nelson, C.A. *et al.* (2007). Cognitive recovery in socially deprived young children: The Bucharest Early Intervention Project. *Science*, 318, pp. 1937-1940.
- O'Connor, T.G. *et al.* (2000). The English and Romanian Adoptees Study Team. The effects of global severe privation on cognitive competence: Extension and longitudinal follow-up. *Child Development*, 71(2), pp. 376–390.
- O'Donnell, J., Hawkins, J.D. & Abott, R.D. (1995). Predicting serious delinquency and substance use among aggressive boys. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63, pp. 529-537.
- Page, T. & Bretherton, I. (2001). Mother– and father–child attachment themes in the story completions of pre-schoolers from post-divorce families: do they predict relationships with peers and teachers? *Attachment & Human Development*, 3 (1), pp. 1–29.
- Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto, Areal Editores.
- Pestana, M.H. & Gageiro, J.N. (2003). *Análise de dados para Ciências Sociais: A complementariedade do SPSS*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Pullum, T. *et al.* (2012). Systems and strategies for identifying and enumerating children outside of family care. *Child Abuse & Neglect*, 36, pp. 701– 710.
- Rose-Krasnor L., Rubin, K.H. & Booth, C.L. (1996). The Relation of Maternal Directiveness and Child Attachment Security to Social Competence in Preschoolers. *International Journal of Behavior Development*, 19 (2), pp. 309-325.

- Reis, V.J. (2009). *Crianças e Jovens em Risco (Contributos para a organização de critérios para a avaliação de factores de risco)*. Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Rijo *et al.* (2007). *G.P.S. - Gerar Percursos Sociais– Um Programa de Prevenção e Reabilitação Psicossocial para Jovens com Comportamento Desviante*. Ponta Delgada, Edição EQUAL/Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Rogers, C.R. (1974). *Psicoterapia Centrada no Cliente*. Lisboa, Moraes Editores.
- Rojo, V.A. (2002). *Diseño y evaluación de programas*. Madrid, EOS.
- Rosental, C. & Frémontier-Murphy, C. (2002). *Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Humanas e Sociais*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Rutter, M., O'Connor, T. & English and Romanian Adoptees (ERA) study team (2004). Are there biological programming effects for psychological development? Findings from a study of Romanian adoptees. *Developmental Psychology*, 40 (1) pp. 81-94.
- Safran, J.D. & Segal, Z.V. (1990). *Interpersonal Process in Cognitive Therapy*. New York, Basic Books.
- Schlichter, K.J. & Horan, J.J. (1981). Effects of Stress Inoculation on the Anger and Aggression Management Skills of Institutionalized Juvenile Delinquents. *Cognitive Therapy and Research*, 5 (4), pp. 359-365.
- Silva, A.M. (2004). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Silva, H. (2004). *Crianças e jovens em risco: da investigação à intervenção*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Smyke, A. *et al.* (2007). The caregiving context in institution-reared and family-reared infants and toddlers in Romania. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48 (2), pp. 210-218.
- Soares, I. & Campos, B. (1985). Dificuldades de relacionamento entre jovens e programas de desenvolvimento pessoal. *Cadernos de consulta psicológica*, 1, pp. 151-161.

- Spitz, R. (1945). Hospitalism: An inquiry into the genesis of psychiatric conditions in early childhood. *Psychoanalytic Study of the Child*, 1, pp. 53-74.
- Spivack, G. & Shure, M.B. (1982). *Social adjustment of young children: A cognitive approach to solving real-life problems*. San Francisco, Jossey Bass.
- Stein, M. & Munro, E.R. (2008). *Young people's transitions from care to adulthood*. London, Jessica Kingsley.
- Strecht, P. (2000). *Crescer vazio: repercussões psíquicas da negligência, abandono e maus-tratos em crianças e na adolescência*. Lisboa, Assírio e Alvim.
- Strecht, P. (2003). *Crescer Vazio. Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus-tratos em crianças e jovens*. Lisboa, Assírio e Alvim.
- Tomás, C. & Fonseca, D. (2004). Crianças em perigo: o papel das Comissões de Protecção de Menores em Portugal. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 47(2), pp. 383-408.
- Torres, N. *et al.* (2010). Attachment Security Representations in Institutionalized Children and Children Living with Their Families: Links to Problem Behaviour. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 19(1), pp. 26-36.
- Tottenham, N. (2012). Risk and Developmental Heterogeneity in Previously Institutionalized Children. *Journal of Adolescent Health*, 51, pp. S29–S33.
- Vieira, C.M.C. (2004). A investigação participativa: Algumas considerações em torno desta metodologia qualitativa *In: Oliveira, L., Pereira, A. & Santiago, R. (Orgs.). Investigação em Educação: Abordagens Conceptuais e Práticas*, Porto, Porto Editora, pp. 59-76.
- Vilarinho, M.E. (2000). Somos Gente! As crianças entre a família, o Estado e a Sociedade. *Fórum*, 3/4 (2), pp. 95-112.
- Vilaverde, M. (2000). *Factores de risco e factores protectores em crianças vítimas de maus-tratos a viver em instituições*. Tese de Doutoramento, Braga, Universidade do Minho.
- Winder, J. *et al.* (2007). Language acquisition with limet input: Romanian institution and foster care. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*. 50, pp. 1365–1381.
- Zeanah, C.H. *et al.* (2005). Attachment in institutionalized and community children in Romania. *Child Development*, 76, pp. 1015-1028.

- Zurita, J.F. & Del Valle, F.J. (1996). Recursos residenciales para menores *In:* Ochotorena, J. e Madariaga, M.I. (Eds.), *Manual de protección infantil*, Barcelona, Masson, pp. 393-445.
- Zurita, J.F. & Del Valle, F.J. (2005). Acogimiento residencial *In:* Ochotorena, J. & Mandariaga, M.I. (Eds.), *Manual de protección infantil*, Barcelona, Masson, pp. 409-470.